

PARECER JURÍDICO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CARLOS DOS SANTOS SOUZA - 29/06/2026 21:09:34
Acesse em: <https://e.ictm.ba.gov.br/ep/validarDoc.seam> Código do documento: a8eb1a80-f672-4fae-8ef0-840bf688324c

Processo Administrativo nº: 012/2026

Consultante: Setor de Licitações e Contratos Administrativos.

EMENTA: Dispensa de licitação para contratação de prestação de serviços tcontinuada de serviços de manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e limpeza técnica de equipamentos de tecnologia da informação (TI) da Câmara Municipal de Araçás/BA, sob regime de mensalidade fixa, abrangendo desktops, notebooks, nobreaks, estabilizadores, scanners, switches, roteadores e demais periféricos.

I. DO RELATÓRIO:

Trata-se de processo licitatório para contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de dispositivos eletrônicos.

Assim, o presente parecer jurídico visa analisar os aspectos relevantes da contratação, bem como a sua legalidade frente a legislação vigente.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos principais:

- a) Documento de formalização da demanda;
- b) Declaração de existência de recursos orçamentários;
- c) Parecer do Agente de Contratação;
- d) Autorização da autoridade competente;

É o breve relatório.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

II.I: Considerações iniciais:

Primeiramente, deve-se esclarecer que não se submetem a apreciação do jurídico a conveniência e oportunidade da administração, por integrarem a discricionariedade administrativa.

Informa-se também, que as informações de natureza técnica constante dos presentes autos não estão adstritas ao exame jurídico, diante da óbvia falta de conhecimentos técnicos para tanto.

II.II: Da Análise da Contratação:



Termo de referência ausentes nos autos, devendo anexá-los, em conformidade com a legislação.

Autorização da autoridade competente constante dos autos, atendendo a exigência do Art. 72, inciso VIII, da Lei 14.133/21.

Justificativa da escolha do contratado e de preço, constantes do edital e termo de referência, atendendo a exigência do Art. 72, incisos VI e VII, da Lei 14.133/21

Registre-se por oportuno, quando da fase de contratação, deve-se anexar aos autos os documentos exigidos no Art. 72, incisos V, da Lei 14.133/21.

Minuta de aviso de dispensa presencial, juntamente com o edital e minuta de contrato não constam nos autos, devendo anexá-los, em consonância com as determinações legais.

Por fim, frisa-se que a dispensa deve ser precedida de aviso em meio eletrônico, sendo que o envio das propostas deverá ser realizado após o intervalo de 03 (três) dias, conforme determina a legislação.

Findas tais análises, resta demonstrado que a dispensa em comento obedece aos ditames legais e está instruída com a documentação exigida pela legislação, devendo-se prosseguir com a contratação.

III. DA CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, sob a ótica exclusivamente jurídica, conforme ressalvas exaradas neste parecer, com base no estudo minucioso derivado da consulta ora formulada, cumpre opinar pelo prosseguimento da dispensa com a consequente contratação.

É o nosso parecer.

Araçás/BA, 04 de maio de 2026.


VALDEVAN ALMEIDA DA COSTA
OAB/BA 61539

Valdevan Almeida da Costa
Advogado
OAB/BA 61539